

O que dizem as teorias sobre a fome?

Maria do Carmo Soares de Freitas

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FREITAS, MCS. *Agonia da fome* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. 281 p. ISBN 85-8906-004-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O que dizem as teorias sobre a fome?

De início, das palavras de Darwin (1969:72), a luta pelo alimento para a manutenção da vida é um dos principais mecanismos da seleção natural na evolução das espécies. A incapacidade de o homem se alimentar plenamente estaria, então, relacionada aos limites impostos pelo ambiente natural. Essa idéia assinalou uma profunda necessidade de idealizar a existência humana subordinada à natureza, o que, em essência, afirmava a condição animal do homem, sem dar grande importância à sua reprodução diferenciada – diferenciação adquirida pela intencionalidade histórica na *práxis* social dos homens – e contrastante com a dos outros animais.

A construção da organização social e, conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas, mediante o acesso aos instrumentos de trabalho, os valores culturais etc. irão redefinir a qualidade, a distribuição e o acesso à alimentação. Nessa constatação, a mortalidade provocada pela deficiência de alimentos deixou de ser pensada como uma regulação de leis naturais, passando a assumir um caráter social, ainda que mediado por relações ecológicas, dentro de um sistema a ser continuamente transformado pelo homem para lhe garantir a vida (HARRIS, 1982: 60-62).

A ideologia naturalista, contrariamente, impunha um modo de pensar a incapacidade coletiva de os homens satisfazerem sua nutrição como um produto direto da ignorância alimentar, das variações genéticas de adaptação, ou da crescente natalidade, em contraste com a produção de alimentos.

A determinação social da fome será a explicação para os processos nutricionais socialmente diferenciados, ou um dos modos de se compreender a sobrevivência dos grupos desfavorecidos na esteira da desigualdade social, com a interferência de diferentes formas de culturas para manter a existência.

Independentemente desses paradigmas, pode-se pensar o homem como um agente sensorial ativo, capaz de relacionar-se com o ambiente externo e manter suas sensações e sensibilidades. Nesse aspecto, a dicotomia entre o objeto e o sujeito é suprimida para dar lugar ao sujeito que incorpora à natureza o ato de alimentar-se, convertendo a realidade externa em subjetividade interna. Trata-se, pois, do homem relacional, considerado como unidade: uma totalidade para o viver, o pensar, o sentir, o desejar (LAUDMANN, 1978: 165-70).¹

Entretanto, em muitos espaços, durante o século XIX, acreditava-se que a realidade social e a necessidade fisiológica formavam o encontro do homem com a natureza. O comer era pensado para dar sentido aos processos orgânicos, em especial à doutrina da fisiologia. Sobre isso, a

teoria da nutrição de 1850 concebia o homem como produto do que comia, como se a natureza determinasse a existência humana (TURNER, 1989:230). Essa redução era apoiada na crença da passividade do homem frente aos seus processos orgânicos.

A interpretação do ser relacional com a externalidade, segundo Feuerbach (citado por TURNER, *Idem* p.228), repousava na idéia do homem como um produto de sua própria atividade, em diálogo com outros, para a produção e a reprodução dos meios de subsistência. Em sua visão, a relação entre o estômago e o mundo não estava isolada, representando uma mediação entre a produção e o consumo (*Idem*). Ou, conforme Goodfellow (1939), “...o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida” (GOODFELLOW, 1939: 260).

Os conceitos e os mitos atribuídos à fome coletiva no movimento da história são predominantemente centrados no pensamento dos setores hegemônicos das sociedades, desde muito, fundando várias possibilidades de leitura. Diante disso, os relatos historiográficos e as concepções no âmbito das ciências, quando divorciados das condições de penúria impostas à população, ficaram subordinados às políticas de crescimento das riquezas. Por certo, o ato de ignorar a fome não se deu ao acaso. No momento do desenvolvimento das sociedades pré-industriais, a necessidade de um exército industrial de reserva para garantir a reprodução de capital não só exigia que se ignorasse a fome, como também que se deixasse velado o reconhecimento da desnutrição como uma entidade nosológica (AVILA, 1990: 50-3) ².

Apesar disso, o caráter social das doenças estava na consciência de alguns médicos e se fortalecia junto às idéias revolucionárias dos operários. O desemprego, as precárias condições de trabalho, o excesso de horas trabalhadas, os baixos salários, a grande propriedade rural e a conseqüente falta de terra para os camponeses eram considerados por alguns como os

principais fatores a provocar inanição e morte dos trabalhadores e dos membros de suas famílias (ROSEN, 1985: 31-45)³.

No mesmo período, o pavor de revoluções sociais criou, nos estados europeus, medidas e contestações a essas abordagens⁴. O controle político-ideológico tentava salvaguardar o modo capitalista de produção e, dentre as previsões manifestas, surgiu uma das mais importantes teorias da escola de pensamento naturalista: a do sociólogo Thomas Robert Malthus, em 1798, mais tarde reinterpretada e utilizada para mistificar a fome coletiva. “O jovem pastor Malthus descreve que a desigualdade natural, entre o poder de multiplicação da população e o poder de produção da terra, constitui-se como o obstáculo maior ao progresso social” (DUPÂQUIEUR, 1996)⁵.

A “teoria geral da população” é uma concepção naturalista teológica, distinta do pensamento Darwiniano. Trata-se do controle biológico da população (MALTHUS, 1977: 7-34), uma idéia apoiada na impossibilidade de se pensar uma sociedade com equidade social, justificada pela produtividade de alimentos frente ao acelerado aumento da população. Para Virchow, estas eram especulações que faziam parte de acordos políticos para favorecer a crescente concentração de riqueza da aristocracia ou burguesia rural pelo aumento da produtividade agrícola alheia à qualidade de vida dos trabalhadores do campo (ROSEN, *Op. cit.* pp.39-40).

A concepção que cercava o modo natural de os pobres viverem e morrerem encontraria como justificativa sua própria irresponsabilidade pela excessiva reprodução biológica.

Eram também médicos os que defendiam a idéia da formação constitucional do organismo como um dos critérios para justificar os corpos esqueléticos pela subalimentação, ignorando as precárias e insalubres condições de vida da população (*Idem*).

O malthusianismo, fundado na relação homem-natureza, considerava (e ainda considera) a fome e a miséria como resultantes da violência contra a lei natural da vida, motivada pelos próprios pobres (MALTHUS, 1977). Implicitamente, significa conceber que viver a condição de fome é uma escolha intencional da pessoa, por ser esta incapaz de adquirir alimentos em suficiência, ou por desconhecer a importância dos alimentos necessários ao corpo. No sentido inverso a essas idéias, registra-se o caso da área rural da Irlanda, em 1846, quando da perda da colheita de batatas e a conseqüente imposição de uma política agrícola para exportação promovida pelos fazendeiros. Essa decisão motivou a expulsão de três milhões de pessoas pela falta de emprego e, por conseguinte, matou de fome mais de um milhão delas (RUDE, 1981: 7)⁶. Há também de se fazer o registro dos quatro milhões de mortos de fome na Índia, em 1877, e as enormes quantidades de cereais, em especial trigo, produzidos para exportação no mesmo momento em que faltava dinheiro para a população comprar pão (CASTRO, 1980: 13-15). Um século depois, 1974, em Bangladesh, milhões de pessoas vieram a morrer de fome, no mesmo ano em que se observou a mais alta safra de arroz da história desse país (RAYMER, 1975:81). Nesse mesmo ano, as nações que participaram da Conferência Mundial de Alimentos proclamaram a alimentação como um direito inalienável de todo ser humano.

A natureza da fome estava clara desde muito e tornou-se ainda mais nítida nesses últimos séculos. Entretanto, sua determinação social foi ignorada no discurso médico hegemônico, e mais tarde diluída no termo desnutrição. O enfoque predominantemente biológico distanciou, progressivamente, as questões sociais das vinculadas ao corpo, fazendo desaparecer ou excluindo a condição humana do organismo, para sustentar um suposto objetivo científico.

Por conseguinte, a idéia de expressar o problema da fome no coletivo não encontra um sentido no sujeito, a não ser numa imagem que logo

se dissipa em meio aos dados⁷. O motivo social torna-se encoberto e revela-se a perspectiva do que é possível medir, quantificar. A natureza do problema, certamente, continua desconhecida.

A desnutrição passa a ser considerada um problema de saúde pública no século XX, mas será cercada de explicações, numa lógica independente da fome ou das reais questões culturais e históricas vinculadas a esse fenômeno.

Em resumo, pode-se dizer que as influências do passado ressoam na literatura contemporânea acerca da fome, e que, no Brasil e em outros países, continuam sendo sustentadas por duas linhas gerais: uma condicionada pela clínica, que entende a fome como uma doença física da pobreza, e outra que a compreende como uma condição de penúria humana resultante do processo histórico-social.

A primeira, em geral pautada no reducionismo dos conceitos clínicos, concebe a fome e suas conseqüentes seqüelas, na dimensão biofísica, como desnutrição (em especial nas crianças), e está presente nos estudos epidemiológicos clássicos em populações de baixa renda. A segunda considera a sociedade: a fome é produzida pelas condições sociais, econômicas e políticas dadas por um modelo estrutural e/ou conjuntural, correspondente ao poder aquisitivo, a produção de alimentos e os efeitos das crises econômicas sobre a pobreza. Ou melhor: a fome crônica torna-se a expressão de uma sociedade com desigualdades extremas, cuja erradicação implicaria, necessariamente, transformações sociais. Essas abordagens, que tratam do corpo na sociedade (a dificuldade de acesso ao alimento e os modos de inserção social dos indivíduos no processo produtivo), são sempre reinterpretadas para contextualizarem e contestarem a permanente ausência de políticas públicas eficazes para reverter esse quadro social.

Ao analisar essas linhas de pensamento, constato a importância de compreender a fome numa nova perspectiva que possa contemplar a esfera antropológica na sua complexa interação com o social, o econômico, o

clínico e o epidemiológico, e, desse modo, repensar a totalidade do fenômeno fome. Isto poderia contribuir para se pensar a implementação de novas políticas de seguridade alimentar como um direito do povo. Nessa trilha, a erradicação da fome constitui uma problemática da interdisciplinaridade, cujo processo deve conjugar ações para transformar a cultura da fome, instalada desde tantos séculos em sociedades desiguais.

No Brasil, Josué de Castro é um dos poucos pesquisadores que, nos últimos 50 anos, teve a preocupação de entender e explicar as condições históricas que permitem a efetivação da fome. Colocou esse fenômeno – pela primeira vez na literatura – como uma manifestação que assume diversas configurações e, sobretudo, um produto direto do subdesenvolvimento econômico e social (CASTRO, 1965: 32-3).

Como médico e geógrafo, ele inaugurou diversas associações de termos que formariam pares conceituais com a noção de fome, como: fome aguda e crônica, epidêmica e endêmica. No particular, destacou um estágio em meio às várias faces da fome: um momento subclínico da desnutrição, que ele o denominou de “fome oculta”. Uma forma de doença que, sem sinais claros, esconde o seu caráter de enfermidade propriamente dita (CASTRO, *ib.* pp. 41-4)⁸.

De 1940 ao início dos anos 60, Castro tentou, através de uma extensa revisão da literatura das ciências biológicas, encontrar explicações para os sentidos do corpo faminto. Muitas vezes, com detalhes, apresentou as maneiras de viver dos pobres de Recife, das regiões de seca do nordeste brasileiro etc. Apesar da ênfase sobre as ciências naturais, ele tentou aproximar-se da dimensão multidisciplinar, para compreender a fome como uma expressão biológica, mas também social (*Idem*, p.35)⁹.

Nesse tempo, ocorreu uma forte influência naturalista nas concepções a respeito das doenças de fome, principalmente nos cursos de formação dos profissionais de saúde, em particular durante todo o período

do autoritarismo do Estado. Um novo enfoque malthusianista foi instituído para representar os diversos programas de combate à desnutrição. Com isso, a base dos velhos conceitos irá diluir ainda mais a compreensão da essência do problema.

Entre a aparência de um Estado assistencialista, voltado para o atendimento às famílias carentes, e a efetiva manutenção do poder político, os famintos são oficialmente desfocados da cena nacional, para darem lugar a uma população que vive uma “situação emergencial” (MS/INAN, 1980). Mesmo sendo a fome um problema crônico, a retórica do discurso governamental vislumbra a emergência como uma constatação de calamidade social, compreendendo a fome como um acidente de passagem, em trânsito pelo território corporal dos pobres. Para os governantes e seus tecnocratas, nas entrelinhas dos seus discursos (desde sempre), os famintos não sabem reverter suas condições carenciais por ignorarem o valor do leite materno ou a dieta mínima para uma sobrevivência saudável. Ao lado disso, um projeto econômico que fortalece a concentração de renda não poderia andar junto à melhoria da qualidade de vida da maioria, e muito menos solucionar o problema histórico da fome dos brasileiros (OLIVEIRA, 1981: 9-13).

Um olhar sobre a determinação social da desnutrição aparece na literatura, no final da década de 70, principalmente nos estudos de Batista Filho (1976) e Carlos Monteiro (1979), quando fazem referências à renda e ao modo de inserção das famílias no processo produtivo como as principais condições para a instalação da desnutrição infantil¹⁰. Anos depois, Paul Singer (1985) reafirma:

.....
A fome endêmica é antes de tudo um problema de falta de dinheiro. As pessoas que sofrem desse mal não se alimentam adequadamente porque não têm dinheiro suficiente pra comprar comida. Há dados abundantes para o Brasil de pesquisas de orçamento familiar. Todas demonstram

nitidamente que existe uma correlação perfeita entre níveis de renda e níveis de alimentação. De tão óbvio, seria até ridículo afirmar aqui, se não fossem as dúvidas muitas vezes levantadas até por especialistas, de que as pessoas não sabem se alimentar bem, e com os poucos recursos compram pinga, televisão, cigarros etc. e assim continuam subnutridos. Tal raciocínio leva à conclusão de que nosso problema não seria a renda das famílias e sim suas falhas na educação, repetindo-se aquela famosa estória de que é pela educação que tudo se resolve (SINGER, 1985:51).

No início da década de 90, a presença de movimentos sociais tende a influenciar a produção do conhecimento sobre o fenômeno da fome, incluindo-se, nas análises macro-sociais as novas perspectivas movidas pelo direito à cidadania. A partir daí, amplia-se nas academias, a discussão sobre a segurança alimentar da população. Essa temática identifica-se como parte de um projeto nacionalista sustentável, mantendo correspondência com algumas das premissas impostas pela globalização¹¹.

Apesar do esforço de alguns intelectuais, a área específica da saúde, em geral, carece de uma discussão mais profunda sobre a condição do faminto. Como vive, o que sente e como significa sua fome são algumas das questões ausentes nesses tempos em que somente Josué de Castro nos fez compreender o universo micro entre o ambiente social e os famintos de Pernambuco (CASTRO, 1967).

Estudos etnográficos sobre fome e desnutrição são ainda raros no país¹². A investigação qualitativa, com uma abordagem fenomenológica, a meu ver pode contribuir com um novo olhar sobre as práticas em nutrição e saúde com comunidades. Por esta razão, elejo a fenomenologia para a compreensão da fome no bairro Péla¹³.

Com essa abordagem, a fome tem lugar na dimensão sociocultural do mesmo corpo biológico que a sente, uma construção que se dá no seio

da pobreza, dentro do contexto político, social, histórico e econômico de nossa sociedade. Conforme a interpretação dos que vivenciam a fome no cotidiano, este fenômeno não aparece ancorado à dimensão clínico-patológica, como o termo desnutrição sugere.

No plano do empírico, é difícil descrever a desnutrição como um processo patológico do corpo. Do testemunho dos moradores do bairro, a semiologia recorre a uma complexa associação entre os efeitos do espírito sobre o corpo, e vice versa, sentimentos e aspectos orgânicos que transcendem os sintomas e os sinais descritos na literatura científica.

E as representações da fome estão condicionadas à tradição de como a comunidade apreende diferentes sensações¹⁴. Nesse conhecimento, os significados encontram-se com enunciados culturais, cujo entendimento requer a compreensão de variados elementos para a explicação da sobrevivência no mundo, como as crenças, os hábitos e tantas outras capacidades adquiridas. O homem faminto e mundano interpreta e compreende sua fome desvelando-a como uma figuração, uma qualidade ou um julgamento, sem uma estrutura de fundo e sem uma definição clara.

Sobre esse aspecto, o fundamento para uma outra leitura sobre a experiência de fome não se reduz ao conglomerado de sensações físicas, mas àquelas vividas pelo indivíduo e por outros, numa intersubjetividade de apreensão do mundo, em meio às ambigüidades, num nível da pré-reflexão.

A sensação de fome de um é distinta da de um outro também faminto, mesmo que haja “algo” comum entre eles, porque as coisas do mundo não se impõem ao homem de uma forma linear, causal e impositiva. O que é percebido, num momento, pode ser alterado e percebido de outra maneira, num momento seguinte. Sendo assim, os significados da fome perpassam a imagem corpórea da carência de comida, indo ao encontro de outras concepções sustentadas por um sistema de símbolos gerados pela insegurança concreta de alimentar-se.

Do ponto de vista sócio-antropológico, a compreensão sobre a fome no mundo da vida cotidiana tem lugar no encontro dos diversos saberes e práticas relacionados ao corpo e à comida. São essas ações que desvendam os valores simbólicos inscritos na dieta do dia-a-dia, desde o acesso ao preparo da comida, sua distribuição na unidade familiar e as diversas associações que compõem a relação corpo-alimento, seguindo uma certa lógica interna, específica de um dado grupo social e integrada às relações sociais. São os sentidos e os significados da fome, produtos expressos da dimensão histórica, mas também representam valores simbólicos dessas unidades sociais tomadas em sua globalidade.

Sobre isso, Bourdieu (1989) diz que os estratos sociais se distinguem não só por sua posição na estrutura da produção, mas também pela maneira como as pessoas usam os bens materiais e simbólicos de uma sociedade, de acordo com o acesso a esses bens (BOURDIEU, 1989: 145-9). O simbólico exerce um poder de conhecimento e comunicação na interação com o mundo e na construção da realidade, estabelecendo, com isso, uma certa ordem gnosiológica do sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social (*Idem*, p.10).

De maneira geral, a pessoa precisa de um marco simbólico para classificar suas necessidades na realidade social e convencer-se de um mundo estável (SCOTT, 1972: 18-29). E, como observei no bairro, mesmo imersa em condições miseráveis, como a fome crônica, ela sequer concebe seu sofrimento como intolerável e muitas vezes se acomoda, por não sentir quaisquer perspectivas de mudar a qualidade de sua vida. Uma adaptação que se dá por lhe faltar reflexão para reconhecer a possibilidade de um melhor estado social para si (SARTRE, 1997: 538-45).

O aparelho biológico, aplicado a um amplo conjunto de atividades e experiências, capacita a pessoa a adquirir a qualidade de abrir-se ao mundo (BERGER & LUCKMANN, 1987: 65-6). Uma abertura que a leva a

adaptar-se às condições desfavoráveis, ainda que se sinta amedrontado pela fome, como vimos em depoimentos de alguns moradores do Péla.

Para Antônio Cândido (1982), o fundamento da compreensão da vida social se dá a partir da satisfação das necessidades, e esta “não pode ser considerada apenas no ângulo natural como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada no ângulo social, como forma organizada de atividade” (CÂNDIDO, 1982: 26-27).

Das diversas organizações sociais com diferentes níveis de vida, emergiram necessidades, cujo caráter natural ficou perdido em meio às dificuldades de recursos para satisfazê-las (*Idem*). Nessa condição, o infortúnio adaptado não é percebido como algo habitual, mas antes, natural (de uma naturalidade interna, subjetiva), integrado ao ser, e, sendo assim, a pessoa não atribui qualidades de valor ao sofrimento no seu cotidiano. Não o contempla, nem fala sobre ele. A fome passa a ser englobada no ser, para tornar-lhe suportável a existência. Em sua organização social, o faminto passa a compreender a fome por um sistema simbólico, cuja construção o afasta da cena da morte.

Os diferentes símbolos, conforme suas próprias produções, apresentam modos de interpretar a realidade cotidiana, inscrevendo classificações e estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. Por esse caminho, há um “fazer ver” e um “fazer crer” que configuram a visão de mundo do agente e, dessa maneira, sua ação sobre o mundo é formada por um poder quase mágico, numa dada relação dentro de uma organização que produz e reproduz crenças (BOURDIEU, *Op. cit.* 1989: 34-36). Essas ações se revelam relacionadas com as capacidades criadoras e inventivas do agente e se correspondem com o conhecimento prático do cotidiano. Trata-se de uma relação ontológica com o mundo, a partir das experiências acumuladas do passado e do presente (*Idem*, p. 64).

O constante interrogar sobre o ser-no-mundo, em sua cotidianidade, encontra, na concepção ontológica da existência, em Martin Heidegger, dois fundamentos: o ser que se relaciona com as coisas do mundo objetivo, quer dizer, os objetos, e com as realidades exteriores que por si mesmas não são objetos. É nesse último que o “eu-coexiste”, e a existência se realiza ôntica e concretamente no “nosso ser em comum” (HEIDEGGER, 1997: 95-7). O ôntico para a compreensão, em que a hermenêutica tem a tarefa de interpretar o sentido que se mostra (*Idem*), que neste estudo quer dizer o sentido da fome que se mostra¹⁵.

Na fenomenologia¹⁶, o homem transcende a atitude naturalista quando explora o mundo da vida para dar uma descrição direta da experiência como ela é, sem levar em conta as explicações causais, mas, as coisas que fazem sentido para ele (MERLEAU-PONTY, 1991:5-7).

Ao abordar esta perspectiva, escolho um movimento que me permite uma maior aproximação do objeto, entendendo que é nessa ordem qualitativa que posso observar e descrever como se dá o conhecimento fenomenal da fome, reavivando essa temática e compreendendo os diversos significados no interior das relações cotidianas das famílias do bairro em estudo.

A experiência do faminto se constitui como vivências no nível da consciência e encerra significados que objetiva e subjetivamente são atribuídos pelo sujeito da ação. No sentido comum do mundo da vida cotidiana, o faminto compreende os motivos que o levam a agir sobre sua fome e a construir seus significados. Ele interpreta, na vida diária, o seu próprio mundo e explica o processo de fome compreendendo-o em sua própria situação biográfica. Nesse entendimento, as sensações percebidas são demarcadas por estilos cognitivos particulares, retratando experiências que dependem da sua sociabilidade e da perspectiva temporal¹⁷.

No discurso humano, então, emerge um texto: idéias nem sempre definidas da realidade, senão interpretações. É na linguagem que a pes-

soa procura articular-se com os vários aspectos do mundo, num todo significativo para ela e para o mundo, a dar o sentido para expressar, na intersubjetividade, a experiência de fome no cotidiano: pessoa e mundo, numa condição objetiva-subjetiva, a transcender semelhanças e diversidades, na mesma realidade.

Por essa razão, atribuo valor aos significados subjetivos expressos nas palavras dos atores e atrizes sociais, que aqui foram tomadas como dados, no processo da observação. Esse movimento de observar pressupõe um *nós*, em termos de entrar no mundo dos significados sociais, que, de alguma maneira, podem ser compartilhados (investigador e investigados), respeitando as especificidades daqueles e dando-lhes visibilidade, através do livre curso dos seus discursos.

Na dimensão do simbólico, mundo da linguagem e da cultura, o fenômeno da fome recebe significados, entrando no campo das metáforas, onde parece ganhar vida. O familiarizado com o cotidiano é representacional de uma linguagem e a reitera na utilização de signos constitutivos, na perspectiva do mundo ordinário (FAUSTINO, 1995: 20-23)¹⁸.

Na complexidade do processo lingüístico, observam-se qualidades reflexivas e pré-reflexivas que comandam o movimento do eu, o qual se externaliza ou internaliza-se na linguagem. E nem sempre é possível dizer tudo, ou, nem sempre há palavras em suficiência para dar significação ao que se quer manifestar. A exemplo, quando o faminto expressa a dor de fome, ele nem sempre reflete e não se reconhece como um faminto crônico, mas consegue externalizar ao outro, para que se faça conhecer sua condição. Nesse movimento irrefletido, ele não pensa primeiro para depois dizer o que sente, nem elabora formas de expressão. Trata-se de acordos de sensações que vêm antes da aquisição mesma da linguagem verbal.

As manifestações naturais e instintivas cumprem finalidades próprias de uma situação específica. Desse modo, o faminto se relaciona com o outro semelhante, pois a gramática que externaliza é parte da linguagem que ambos compreendem.

No processo de observação, junto aos famintos, interpreto a “dor no peito” – referida por uma moradora (Elza), ao falar de sua fome – não como um sintoma de um processo patológico no tórax, mas antes, uma expressão reveladora de um estado interno de angústia por fome, para além do idioma da fisiologia que referencia a dor de fome na região do estômago. Há uma transcendência da dimensão fisiológica, na sua percepção, pois nem sempre ela e outros conseguem descrever a fome nas regras do idioma biomédico, mas a sinaliza ao outro, que a concebe em sua gramática. Como foi visto, os sentidos de fome têm muitas moradas no corpo: o peito, a cabeça que endoidece, as pernas que não querem mais andar, os braços que arrepiam etc.

Ao elaborar esta etnografia¹⁹ com uma reflexão hermenêutica²⁰, tento interpretar e compreender a realidade, trazendo a dimensão social e cultural que se mostra no ato da interação entre o faminto e a minha observação do contexto, tornando possível a apreensão da pluralidade de sentidos da fome. Presença e diálogo formam a intersubjetividade, em que sujeito e objeto não se separam.

Interpreto a condição de fome partir das palavras que fluem do diálogo, da linguagem, e compreendo-a ao tratar o faminto como o sujeito que também quer compreender da maneira que ele sabe. Nessa relação, ficam imersos na mesma cena, a “substância-fluxo-hermenêutica” de reconhecimento e a auto-compreensão (RICOEUR, 1987: 62).

Do encontro mais amplo com a leitura relacionada ao contexto do bairro, busco articular as falas e o não lingüístico presente na linguagem. Da analogia entre tantos textos desses atores e atrizes sociais, tento garan-

tir a objetividade sobre a interpretação do fenômeno da fome situando o sentido que um gesto, uma ação significou ou significa para o faminto, e o sentido que consigo atribuir. Trato, então, de compreender o agir sobre a fome, nos mesmos termos que o faminto o compreende e executa.

Para tanto, separo os textos dos famintos conjecturando sobre os sentidos e os horizontes referenciais ao contexto. E sigo interpretando o sentido possível de cada caso, cada situação. Ainda que esse procedimento, aparentemente, esteja separado em duas fases recorrentes, como sugeriu Dilthey (1988), o método hermenêutico proposto por Ricoeur coloca ambos os eixos referidos, juntos a linguagem (RICOEUR, 1997: 52). Primeiro o diálogo²¹, num movimento dinâmico, que acolhe mensagens, e da passagem da fala à escrita, o discurso vira texto, num movimento autônomo em relação à intenção do autor. O significado encontra-se no mundo do texto, o qual traz à tona a pluralidade do contexto onde foi produzido (*Idem*, pp.53-61).

É necessário explicitar o ser-no-mundo (na situação, no contexto) e interpretar a sua proposição de mundo, para aproximar-me do cerne da questão, tornando o não familiar, familiarizado (RICOEUR, 1987: 65-74).

.....

Também, ao ampliar a reflexão hermenêutica com a transcendência da perspectiva do diálogo e da intencionalidade do ator social, em relação ao seu discurso, distingo as posições dialéticas básicas entre evento lingüístico e significado, sentido e referência, pois o que importa é o significado do texto, e este é a expressão de sua autonomia (RICOEUR, 1990: 20-28; 1987: 146).

O que é compreendido é o sentido do discurso, a significação, a qual não se dá num tempo linear entre a palavra e a frase, e sua seqüência em relato escrito. Nessa complexidade, que comporta aberturas e tendênci-

as entre temporalidades, há um acordo entre as situações, um desfazer e uma reorganização provocada pelo distanciamento necessário à compreensão (RICOEUR, 1990: 46-57).

Desse modo, o faminto traz a complexidade da interpretação de sua fome, pois ele tem em si a auto-compreensão de sua condição no mundo e será sempre um protagonista a interpretar a história social. A referência de fome torna-se, então, aberta e confronta todas as significações possíveis no contexto social.

Minha preocupação está em manter uma perspectiva de análise em que a linguagem não limite a compreensão, seguindo para além da fala e reafirmando um diálogo em que saberes e práticas (a experiência dos famintos) são inseparáveis para a compreensão da fome. Com isso, apreendo um sistema significante como leitura e, sobretudo, alguns momentos semiológicos para ampliar a noção de texto. As imagens criadas e as sensações dos famintos constituem-se, também, sistemas de significação. São substâncias não lingüísticas, que encontra na linguagem uma mediação para a compreensão deste fenômeno. Trata-se, pois, do que Roland Barthes chamou de uma segunda linguagem (BARTHES, 1997: 12-20).

Desse complemento semiótico, evidencio os mitos da fome, presentes na narrativa e outros objetos que os famintos têm para falar sobre o tema. A semiótica da fome não oculta o sujeito nem as suas práticas, congrega a face gnosiológica da linguagem sobre si mesma para oferecer um signo, ora afirmado ora negado, mas metamorfoseado numa manifestação polissêmica e polifônica deste terrível fenômeno.

Em síntese, a hermenêutica ricoeuriana se apóia em instâncias que transcendem o diálogo. Com isso, relaciono os sentidos expressados e outros conteúdos, sinalizando os componentes de mediação dos significados, num exercício que contempla narrativas e signos.

Diante da complexidade do tema, não posso reduzir este trabalho à reconstrução do discurso do faminto, mas a interrogar para além deste estendendo e concebendo sempre a possibilidade de conexões reais entre textos, signos e contexto. Este último define o sentido expresso. Sentidos que podem ser contraditórios, num nível propriamente hermenêutico, numa diversidade interpretativa própria da vida (FRANCO, 1995: 85-9).

Teoricamente, a conduta humana e qualquer que seja a interação social – nas análises de Clifford Geertz (1989) e Paul Ricoeur (além de outros autores, principalmente os adeptos da antropologia interpretativista) – podem ser representadas em forma de texto. A história, a cultura, a sociedade, são “textualizáveis”. Mas é, em especial, Ricoeur (1988) que inscreve o significado de um fenômeno e a condição situacional do agente (RICOEUR, 1988[b]: 29-31).

Ao seguir esse tratamento, dada a dificuldade que os informantes do bairro têm em expressar lingüisticamente o termo fome, os aspectos não lingüísticos enriquecem suas falas para a compreensão do fenômeno.

Então, a fome é uma “coisa” (quase sempre acompanhada de gestos de pavor). A “coisa” produz sensações de “arrepia quando a gente sente que ela (a fome) vai chegar [...], vai arrancar as carnes do corpo”. São essas, e outras, as percepções dos sentidos que transitam entre as vias concretas do cotidiano do bairro.

A unidade coisa é aludida como um resultado polissêmico, para situar o sentido último dessa unidade mundana e real chamada fome, percebida numa diversidade que se constitui em significantes amparados em sentidos que se mesclam fenomenologicamente. Os textos dos famintos possuem uma autonomia semântica e trilham em direção a um significado possível. Uma inscrição que ultrapassa a finitude dos horizontes dos famintos, significando mais do que eles podem dizer. São os textos da experiência de fome e reveladores de situações. Como vemos

nos capítulos seguintes, os textos dos famintos, trazem diversos enunciados metafóricos sobre a fome, cujos predicados são estratégias de expressão do fenômeno. Como a seguinte sentença que antecipo para exemplificar: “Já escutei uma ruma de vez ela (fome) se esfregar pelas paredes desse beco, bem doida” (Elza).

Nos campos semânticos que expressam a fome pelos moradores do Péla, concebo o discurso e a transcendência como articulações dos sentidos e o que querem significar em cada contexto específico. Da conversão de sentidos e referências, os famintos assumem suas visões em meio às suas condições sociais concretas. Uma intertextualização que manifesta a combinação das observações do real e do imaginado oferecendo interpretações aproximadas e amplas da realidade. A fome é uma “coisa que anda doida pelas ruas”, “bate na porta de noite”, “derruba a pessoa”, “ataca a gente” etc. A fome é a maldição significada como um ente no contexto violento do bairro.

E ao contar sobre suas histórias, os moradores caminham com seus próprios horizontes percorrendo suas infâncias, as ruas da cidade, o lixo dos mercados etc., ou entram em silêncio, ampliando o texto para além da fala. Com a proximidade do tema, no diálogo, surgem inúmeras metáforas inscritas pelos informantes quando olham em direção ao seus corpos ou às alturas ou ao chão, em busca de outras correspondências que traspassam os morros do bairro. Ao falar da “coisa” ou “criatura” fome, fora de seus corpos, elege-a como um signo, um ente que habita em seus horizontes. As misturas de reflexões e sentimentos pessoais trazem uma encenação que considera o enunciado, organizado para dar uma compreensão aos sentidos de fome. Em outras palavras – seguindo o entendimento de Michel Bréal ([1897], 1992: 157) – a interpretação das metáforas leva em conta a externalidade do sujeito em relação a si mesmo, produzida na e pela linguagem e que permite o mascaramento da fome. Nesse acontecimento da linguagem, os sentidos de fome

retornam ao sujeito e sustentam os sintomas de um processo que é real em seus efeitos.

Quando o sujeito fala (com a fome) para si, num aparente monólogo, um estranho diálogo ele inclui também o silêncio, em que se apóia para continuar temendo a presença da fome. Sobre isso, recorro a Umberto Eco (1997), que diz: “o texto é um universo aberto em que o intérprete pode descobrir infinitas conexões” (ECO, 1997: 45). Os espaços preenchidos constituem, pois, uma iniciativa de minha interpretação, ainda que limitada. Essa ação é instruída pela observação que tenho do contexto em que se dá a fala.

Dessa maneira, a inscrição dos sentidos no texto se configura como um tecido de expressões e estruturas gramaticais que asseguram o significado que o faminto quer dar. Ele interpreta sua fome, e convida-me a ler os sinais que culturalmente dão originalidade ao texto.

São com tais considerações, que examino as narrativas de modo minudente, em atenção aos aspectos subjetivos da linguagem, num ato atento à multiplicidade de elementos em volta do fenômeno, mas privilegiando-o. Nesse processo de intersignificar, o heterogêneo da percepção da fome entra em correspondência com as diversas experiências temporais dos famintos, em meio ao cotidiano de muitas carências materiais. No processo de interpretar, os aspectos econômicos inevitavelmente inseridos nas histórias de vida dos famintos, aparecem, ou não, nas narrativas dos moradores do bairro, como significantes de fome. Com as muitas leituras dos textos dessas pessoas, consigo, uma atmosfera contextual conotada e dimensionada para dar um mínimo de interpretação ao problema.

Também, o desafio desta etnografia sobre o fenômeno da fome está em não apenas descrevê-lo, mas na construção de modelos conceituais que permitam compreender alguns dos significados subjetivos que os sujeitos criam de seu mundo, a partir da investigação das próprias referências empregadas pelo grupo estudado.

Sobre as representações sociais, são as que falam do corpo no palco social, este em que as pessoas representam seus papéis, suas falas em seus mundos e expressam a realidade de um grupo social determinado, indagando-a, explicando-a ou justificando-a²².

De tal modo, entendo o fenômeno da fome representado pelos atores sociais como um ente testemunho do contexto social que expressam através da linguagem. Nesse aspecto, o leite materno de um “peito fraco” – ou de um “corpo fraco” – assim definido, é concebido como uma “água sem cheiro, sem gosto e sem força” (FREITAS, 1997: 45-9). O desmame precoce é culturalmente construído com essas e outras representações, num dado contexto social.

Uma representação, neste estudo, configura-se como a percepção do indivíduo, um produto das interpretações, cujos valores não estão somente na representação social, mas na relação com o objeto que o indivíduo representa para explicar e compreender sua fome. As interpretações etnográficas em torno dos discursos de outrem podem ser observadas, descritas e, por conseguinte, tornar-se objeto de interpretação.

Do ponto de vista epistemológico, objeto e ato de conhecimento conjugam-se como problemática que diz respeito ao sentido das coisas. Os sentidos são captados através de uma linguagem desveladora para além dos signos, rumo aos sentidos deles, conforme a leitura de Merleau-Ponty (1991: 43).

.....

Sentido e linguagem são, então, os elementos-chave para a interpretação e a compreensão da realidade sociocultural, conquanto seja a interpretação o resultado desse estímulo, que segue em direção aos múltiplos sentidos do texto, que se entrelaçam num imenso território de significantes, e a compreensão a capacidade que permite conhecer os objetos do mundo hermenêutico, após tantas interroga-

ções. Essas, que não cessam, e fazem do ato de compreender um processo percorrido e a percorrer em cada fato social concreto. O texto, sem um início fechado, não possui uma estrutura de significados e, sendo reversível, os sistemas de sentidos apoderem-se dele que, absolutamente plural, torna-se infinito para a compreensão (BARTHES, 1992: 32-40).

O *ser-no-mundo* tem, na prática da linguagem, modalidades simbólicas, que iluminam a natureza do problema. Símbolo, na acepção de Paul Ricoeur (1988), é o meio-caminho. O que identifica uma simples notação e as expressões de duplo sentido.

Sobre isso, uma mediação simbólica embasa a ação do faminto, para construir a significação mais importante sobre sua fome. O simbolismo implícito ou imanente se opõe ao explícito ou autônomo, estes que são conjuntos pertencentes à palavra ou à escrita. Ou seja, nem sempre um símbolo está aparente no texto narrado, muitas vezes é um vestígio, um interdito que gera contrastes²³.

Os vários objetos que convivem no mesmo espaço social constituem-se em combinações culturais heterogêneas, que se adaptam e se reproduzem significando e re-significando o fenômeno. Em especial, as combinações das diferenças intensificam o exercício da hermenêutica para interpretar um texto (ainda que fragmentado e parcial), o qual é sustentado pelo seu sentido histórico. Nesse aspecto, a busca de coerência ao redor de um contexto específico trata de encontrar um acordo com o adverso, para obter-se alguma correspondência (GADAMER, 1997: 52-53).

O sentido desse movimento funda a compreensão num agir que tem como base a antecipação do sentido histórico do fenômeno, sempre renovado num contínuo circular em direção ao problema. Circuito que

nunca se esgota, porque a compreensão será sempre submetida ao estágio provisório, num tempo mortal. Dessa insuficiência, subjacente a toda compreensão, nasce a expectativa, a busca da relação com a verdade, intencionada pelo texto (*Idem*, pp.438-40).

Não obstante a narrativa acolhida, com as figurações da infância, os personagens lendários, mesclados aos acontecimentos diversos do mundo da vida cotidiana, interpretação e re-interpretação seguem para além da contemplação. Como uma região da compreensão, o ato interpretante têm idas e vindas ao texto, para explicar e esclarecer lacunas (RICOEUR, 1989: 43-48). Um ato tenso, que regula a ansiedade de respostas, as quais são infinitamente inesgotáveis para a compreensão.

Como dito, mesmo havendo uma relação abismal entre os personagens envolvidos (pesquisador e informantes), com distâncias sociais e culturais profundas, o pressuposto é a interseção no mundo do texto com o mundo do leitor, o que possibilita a transposição dos abismos entre os mundos, as diferenças. O encontro humano real, ou quase real – conflitivo porque é cheio de sentimentos – entre autor e intérprete, busca no processo investigante o interpretar aproximando os mundos para a compreensão do fenômeno (RICOEUR, 1997, vol.III: 280-1).

O morador do bairro se apóia nesse lugar, com mais ou menos conflitos, porque conhece o previsível, o horizonte permeável entre o ambiente familiar e o exterior, e onde se situam os modos e os medos de sentir fome. São sensações comuns no conjunto que compõe o novelo de sua existência, que, mesmo sendo expressas com dificuldade ou relegadas ao plano do invisível, não são por ele negadas.

Fenomenologia e hermenêutica dão um mínimo de respostas e interrogações sobre as múltiplas maneiras de ver e sentir a questão, na ação interpretante. Uma multiplicidade que engloba e envolve o faminto, cuja fala produz efeitos sobre nós.

Ao tentar compreender conjecturando sentidos à abertura aos novos horizontes referenciais, elejo uma leitura viva, resultante de uma dinâmica que re-orienta seres reais e fictícios, identificando e re-identificando os muitos sentidos expressados.

Essa é a interpretação possível de uma situação exterior em que as concepções do real e do imaginário, no texto dos famintos, vêm revelar diferentes maneiras de experimentar os sentidos da fome. As experiências trazem metáforas que ressurgem como verdades significantes e são identificadas como sentidos apresentados na cena particularizada do autor para significar sua realidade.

Interrogo continuamente, como o sujeito compreende sua condição e como compreendo o que é compreendido. Os conhecimentos expressados e as histórias de vida passam a situar elementos para a interpretação, reflexionados pela história social. Com isso, na experiência dos famintos, as influências sociais, culturais e a linguagem se constituem numa infinitude no processo de interpretar para compreender a fome.

O textual das narrativas encontra, na interpretação, os tantos temas humanos interativos à fome; e das inúmeras mensagens sigilo acolhendo o objeto de estudo rumo às configurações e associações, elegendo palavras e sentenças significantes em cada contexto observado. Num primeiro momento, diversas expressões são interpretadas como unidades referenciais em correspondência com o corpo; depois, são conectadas aos sentidos de fome. Desse procedimento, as unidades significantes se manifestam representadas em outros textos originários e com o contexto orientando a compreensão dos significados da fome de cada enunciador.

A pré-compreensão do mundo da ação sobre a fome é caracterizada pelo domínio da trama de intersignificações constitutivas da semântica dessa ação, pela familiaridade com as mediações simbólicas e outros recursos desse agir cotidiano. O sentido tende a transformar-se em signifi-

cação, e a dimensão semiótica passa a ter, pela significação, uma dimensão semântica. As contradições, as diferentes interpretações advindas de crenças, irão compor um bloco de significantes a serem tecidos em seus respectivos sentidos, que se mesclam e associam-se para dar significados.

Trato, então, de conceber e reafirmar o ser da pluralidade, entendendo que os sentidos têm moradas diversas, encontradas fora da fala dos sujeitos ou dentro dela, num texto que se liberta do exterior ao interior do ser e vice-versa num “movimento da compreensão que vai constantemente do todo à parte e desta ao todo” (GADAMER, *Op. cit.* p.436).

O processo de interpretar se detalha na leitura, observando-se os códigos e distinguindo os diferentes termos para dizer a fome; a ordem em que aparecem no texto e sua circulação por entre outros significantes, acolhendo os espaços vazios, a ênfase e a constância dos sentidos implícitos ou explícitos nas falas desses atores sociais. Desse modo, desfilo as linhas e as entrelinhas das frases na procura de diferenças e semelhanças entre as ramificações das relações, para dar visibilidade a alguns significados da fome no bairro²⁴.

No processo minucioso de leitura, conjeturando os signos observados, utilizo as muitas entradas do texto dos famintos, seguindo o agrupamento mecânico das narrativas, para formar os subconjuntos temáticos das unidades significantes e seus sentidos atribuídos. Depois, construo as categorias como ramos centrais da imensa árvore dos enunciados sobre a fome²⁵.

A partir das seqüências e diante das referências encontradas, destaco três grandes subconjuntos: os momentos de silenciamento e pausas que possibilitam a leitura sobre o medo da aparição da fome; o termo fome é substituído por outros ou por sentenças relacionais equivalentes ou aparentemente diferentes; os diversos elementos da condição social traduzem-se como sentidos de fome aportados em crenças e símbolos para dar a compreensão da realidade.

As diferentes falas, nos subconjuntos reunidos por frases associadas de signos (metáforas e outros), articulam as regiões dos sentidos. São essas as referências de como cada informante sente a realidade e experimenta a fome em seu corpo, e de como a percebe em outros. Os significantes são articulados e associados à auto-referência e a hetero-referência, na implicação ou constatação de sentidos expressados em relação ao faminto ou a uma alteridade (o outro semelhante, a divindade, a alegoria). Fundamentalmente, a fome não se encontra isolada, mas associada a outros fenômenos, como a violência, o desemprego etc. que também significam (LADRIÈRE, 1977: 3-9; 30-31). Dessa maneira, os produtos do contexto social combinam-se entre si, circulando por entre as narrativas e conduzindo às expressões mais significativas do estudo: “a fome é um beco escuro, uma criatura horrível, um espírito, um demônio, um vento, uma fera, uma coisa que nem droga nesse inferno que é o bairro”. São esses símbolos que conformam uma síntese, originados das experiências de fome do bairro.

Notas

¹ Cf. Laudmann, M. a antropologia biológica considera o homem uma totalidade, a partir de seu organismo e das características de sua corporalidade, em que natureza e espírito estão unidos, mantendo-o numa posição singular em relação aos outros seres vivos (LAUDMANN, M. *Antropologia filosófica*. México: Union Tipográfica Editorial Hispano-America, 1978).

² Com o mecanicismo instituído como paradigma das ciências, a Biologia passa a ser apoiada pela lógica matemática, indiferente às outras representações não mecânicas que envolvem o sujeito, negando toda forma dialética que o cerca. A necessidade lógica e causal relativizou conceitos e concebeu uma explicação física para a causalidade (BERNAL, J. *La ciencia en la historia*. México: Nueva Imagem, 1979, p. 468-72).

³ As mais conhecidas discussões sobre as doenças da miséria apareceram na primeira metade do século XIX, com vários estudos sobre a mortalidade

diferenciada da classe trabalhadora. Villermé estudou a situação dos operários na indústria têxtil da França em 1840, Engels, na Inglaterra, em 1845, e Virchow investigou a etiologia das doenças da pobreza, em particular, a fome e a epidemia de tifo nos mineiros na Silésia, em 1848. Esses e outros deram início aos estudos das doenças acometidas no cotidiano das massas populares (ROSEN, G. *Da polícia médica à medicina social*. Tradução: Loureiro, A. Rio de Janeiro: Graal, 1985, pp.31-45).

⁴ Refiro-me com mais frequência ao continente europeu, porque é nesse território que se localiza um tipo de projeto humano a influenciar o mundo ocidental. Um projeto cujo estilo está aberto ao pensamento crítico-racional, conforme concebido pelo mundo clássico dos gregos.

⁵ Tradução livre; Dupâquier, J. In.: TORT, Patrick. Dictionnaire, *du darwinisme et de l' evolution*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996, p. 2787-2790.

⁶ Cf. RUDE, G., apesar do aumento da produção agrícola e industrial do século XVIII, a fome na Europa era um fato social permanente e se intensificava paradoxalmente em lugares em que havia uma grande produção mercantil. A exemplo, cito a expansão da produção na Sicília, em 1763, ao lado da morte de mais de trinta mil seres humanos, e cento e cinquenta mil em Sajonia, em 1770 (RUDE, G. *La Europa revolucionaria*. Madrid: Siglo XXI, 1981, p.7).

⁷ Trata-se da imagem do corpo delgado, em desnutrição ou inanição, conforme concebe o sistema bio-médico, para designar a fome como entidade nosológica (CASTONGUAY, T.; APPLGATE, E.; OPTON, D.; STERN, J. *Op. cit.* 1984, pp. 19-65).

⁸ Ainda na mesma época, o mexicano Federico Gomez Santos interpretou a ausência de sinais da desnutrição, como a invisibilidade da doença na sua fase inicial. Em 1946, ele nomeia esse quadro como grau I de severidade da desnutrição, tornando visível aos olhos da clínica médica, uma *nova* enfermidade que mata, pois predispõe o corpo da criança a outras doenças (GOMEZ. *Boletín Médico del Hospital Infantil de México*, 1946. 31:543).

⁹ Sobre a obra de Josué de Castro, vale conhecer os escritos de Rosana Magalhães: *A fome no pensamento de Josué de Castro*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.

¹⁰ Outros autores nos anos 80 trataram da sociologia da fome oferecendo contribuições valorosas, a exemplo de Miranda Neto (*Os lucros da fome*, Rio de

Janeiro: Achiamé, 1982) e Fernando Homem de Melo (*O problema alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983). Sobre estes subsídios para a compreensão da fome do povo brasileiro, não pretendo, aqui, tecer uma análise, mas colocá-los como importantes leituras sobre o modelo econômico instalado e a produção social da fome.

¹¹ A leitura organizada por Maria Antonia Galeazzi (1996) sobre *Segurança Alimentar e Cidadania* contempla as políticas econômicas e sociais e sugere que sejam repensadas respostas efetivas para a melhoria alimentar de milhões de brasileiros famintos.

¹² Um estudo antropológico que traz diferentes percepções da fome é o de Margaret Kelleher, que trata da experiência de fome e as representações elaboradas por mulheres africanas (KELLEHER, M. *The feminization of famine expressions of the inexpressible?* Durham: Duke University Press, 1997). Também, Carole Counihan e Steven Kaplan (1998), utilizam a abordagem antropológica para mostrar a relação das mulheres do Ocidente e a alimentação, os problemas que envolvem o acesso e o poder político sobre os famintos (COUNIHAN, C. & KAPLAN, S. *Food and Gender: Identity and Power*”, New York: Ed. HAP (Harwood academic publishers), 1998.

¹³ O termo *fenômeno* vem da expressão grega *Fainomenon*, derivado do verbo *Fainestai*, ou mostrar-se a si mesmo, trazer à luz, o que se mostra, o que se manifesta. *Faino* provém de *Fa* ou raiz, ou *Fos*, que significa luz; aquilo que se torna visível em si mesmo e de várias formas (MARTINS, J.; BICUDO, M.A. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Educ/Moraes, 1989, p.21).

¹⁴ Cf. Nicola Abbagnano (1999), o termo sensação, vem do latim: *Sensus, Sensio*, a faculdade do sentir. Sentido (*Sensus*), vem da mesma raiz latina que sensação, mas associa-se à capacidade de receber sensações ou como a filosofia moderna concebeu: o sentido interno, reflexão, sentido íntimo. Designa também, o conjunto das sensações, os órgãos dos sentidos (os receptores), o significado (ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999: 870-1; 873-4). Cf. Critelli (1996), para a fenomenologia, o sentido se revela de muitas maneiras, sendo difícil o seu registro, que pode corresponder a um signo, uma palavra, um desenho, em que se inscreve para cada qual, uma faceta do real, um parecer ser, uma aparência do real. Analisar o sentido de algo é buscar aquilo que toma seu lugar (CRITELLI, D.M. *Analítica do sentido – uma aproximação e*

interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC - PUC(SP), 1996, pp. 131-7).

¹⁵ Para Heidegger, a expressão “fenômeno” diz mais que uma “mera manifestação”, ou “mostrar-se ou o que se revela”, e acrescenta “o que faz ver assim como”. Parecer e aparência se inter-relacionam, para significar mais do que se quer mostrar e refere-se a “mostrar-se em seu sentido”, vez que nem tudo que parece se mostra em seu sentido real (HEIDEGGER, 1997:56-59).

¹⁶ Para justificar a tendência fenomenológica adotada neste estudo, busco inicialmente alguns escritos de Edmund Husserl. Ele contesta o estilo de construção científica de seu tempo, para ele desfocado de conteúdos humanos, gerando o que ele concebeu como uma crise dos eixos teóricos das ciências. Tratava-se de uma crise promovida pelo “esquecimento” das instâncias pré-teóricas da vida humana, por parte da consciência e da comunidade científica (HUSSERL, E. *A filosofia como ciência de rigor*. Trad. Albin Beau. Coimbra: Atlântica, 1975).

¹⁷ Cf. A leitura sobre o cotidiano em SCHUTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas, *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires: Amarrortu Ed., 1973.

¹⁸ A linguagem revela e dá significado. Uma condição complexa, como apresenta Ludwig Wittgenstein [1958], ao conceber numa de suas teses, que toda palavra tem um significado e esse está correlacionado ao objeto que a palavra substitui (WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultura, 1996: 9-15). O significado vem corresponder ao objeto em si. Para esse autor, uma expressão torna-se significativa quando a compreendemos na prática da linguagem, no uso comum das palavras, ou seja, no modo de comunicação no mundo (*Idem*).

¹⁹ A etnografia se constitui como um dos mais importantes métodos de investigação nas ciências sociais. Sobre a etnografia sugiro os seguintes autores: MALINOWSKI, B. *objeto, método e alcance desta pesquisa – desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1975; JACOBSON, David. *Reading ethnography* state university of New York press, Albany, USA (1940, 1a. Publ.), 1984; BÁZTAN, Angel A. *Etnografía: metodología cualitativa de la investigación sociocultural*. Barcelona: Ed. Marcombo, 1995; GEERTZ, Cliford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

²⁰ Etimologicamente, hermenêutica (*hermeneia*) deriva-se do verbo grego *ermhneuein*, a explanação que anuncia, na medida em que pode escutar uma

mensagem. A arte da interpretação na tradição grega está associada a Hermes, o Deus criador e mensageiro da linguagem entre os homens, tornando possível à compreensão humana. A hermenêutica, como teoria geral da compreensão interpretativa, transita em vários domínios: teológicos, lingüísticos, filosóficos, epistemológicos etc. E enquanto aplicação epistemológica para as ciências sociais, é protagonizada por inúmeras contribuições metodológicas, desde Wilhelm Dilthey aos filósofos, Martin Heidegger, Hans-George Gadamer e Paul Ricoeur (CASAL, A. *Para uma epistemologia do discurso e da prática antropológica*. Lisboa: Cosmos, 1996: 49-51). Para Ernest Cassirer, falar de hermenêutica é referir-se à linguagem, e a antropologia acolhe a hermenêutica da linguagem do homem sobre o homem (Cassirer, E. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 181-3).

²¹ Neste estudo, utilizei a técnica de entrevistas semi-estruturadas. Sobre este assunto ver RUSSEL, Bernard, *Research methods in antropology: qualitative and quantitative approaches*, London: Sage Publications International Educational And Professional Publisher, 1995:129-135.

²² E. Dürkheim (1978:79) é o primeiro autor a trabalhar o termo “representações sociais”, que, para ele, são também “representações coletivas”. Refere-se às categorias de pensamento ligadas aos fatos sociais e, a partir destes, pode-se elaborar e expressar a realidade de uma dada sociedade. São coletivas porque “traduzem a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos” (DÜRKHEIM. *As regras do método sociológico, Os Pensadores*, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978: 79). Para Marcel Mauss (1984), as representações sociais exprimem a “maneira pela qual, consciências individuais podem agir e reagir umas sobre as outras, no seio de um grupo constituído” (MAUSS, citado por OLIVEIRA R. Mauss, Col. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, n. 11, 1984, p.11).

²³ O termo símbolo trata o caráter público da articulação significativa, de uma significação igualmente pública. Na medida em que os símbolos são compreendidos como interpretantes, a ação pode ser vista como um quase-texto, e que fornecem as regras da significação em função das quais tal conduta pode ser interpretada (RICOEUR, 1988 [a]: 60-93). Para Ricoeur, dois contrastes radicais organizam estratégias no campo da hermenêutica: um refere-se à coleta dos sen-

tidos, o esforço de conseguir a leitura ascética do texto; e outro estrutura a mensagem e a distinção do olhar, ou seja, o que está atrás do texto. Sem abandonar o aspecto tradicional da hermenêutica, que se refere à decodificação, decifrando e direcionando sentidos, ele introduziu uma dimensão crítica, que serve para denunciar as ilusões (RICOEUR, *Idem*, pp. 36, 60-93).

²⁴ Os significantes recortados sobre o solo das narrativas são destacados para observar os sentidos, a dimensão empírica nos diversos momentos da investigação, donde ainda ecoam as vozes e o tom das palavras, até alcançar uma certa seqüência de curtos fragmentos contíguos ou léxias, com as palavras e as frases. Nesse exercício, a seqüência de ordenamentos nas sucessivas frases oferece à leitura outros sentidos exteriores, assegurando uma maior visão dos sentidos. Semiologicamente, trato de articular “a voz tecida com o texto” (BARTHES, *Op.cit.* 1997 pp. 46-51). O que pode ser denotado, entendido como algo imaginado num primeiro sentido e conotado, permite ao texto um movimento relacional entre um e outro termo, e, sendo assim, o que na aparência sugere ser o primeiro sentido é, de fato, o que é conotado após uma primeira leitura, como se alguns sentidos observados anteriormente pudessem ser ordenados mais tarde, no mesmo texto e em outros. Com essa liberdade “tudo pode significar sem cessar”, desde as entranhas do texto à sua superfície (*Idem*).

²⁵ As sentenças analisadas correspondem a uma parte do volume das muitas apreensões e rastrear cada uma das unidades e tomá-las como potências interrogativas em relação ao texto dos famintos, constitui-se como uma tarefa inicial para a compreensão mínima dos significados. A pluralidade dos textos situa os pontos migrantes por entre dimensões culturais do mesmo gênero, num tecido entrelaçado de caracteres e símbolos que se assemelham e, algumas vezes se opõem a um só tempo. Com isso, dada a diversidade textual, elejo subconjuntos de significantes, constitutivos de um sistema complexo de zonas temporais para cada contexto das unidades domésticas.